



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

GABRIELA DE ALMEIDA PEREIRA

**RACISMO NA INFÂNCIA:
Como as políticas públicas de valorização da identidade racial
auxiliam no combate à discriminação**

Brasília – DF

2014

GABRIELA DE ALMEIDA PEREIRA

**RACISMO NA INFÂNCIA:
Como as políticas públicas de valorização da identidade racial
auxiliam no combate à discriminação**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

ORIENTADORA: Prof^a Lucilene Costa e Silva

Brasília – DF

2014

Pereira, Gabriela de Almeida

Racismo na infância: Como as políticas públicas de valorização da
identidade racial auxiliam no combate à discriminação.

– Brasília, 2014.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília,
Faculdade de Educação, 2014.

Orientador: Prof^a. Lucilene Costa e Silva.

1. Racismo na infância. 2. Políticas Públicas. 3. Lei 10.639/03.

GABRIELA DE ALMEIDA PEREIRA

**RACISMO NA INFÂNCIA:
Como as políticas públicas de valorização da identidade racial
auxiliam no combate à discriminação**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça da aluna Gabriela de Almeida Pereira

Titulação, Nome completo

Professor-Orientador

Titulação, Nome
completo,

Professor-Examinador

Brasília, de de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Lucilene Costa e Silva, por ter confiado em mim e por ter me auxiliado com muita calma e carinho. Agradeço também aos meus pais, Maria de Nazaré e Sebastião Marques, pela força e paciência. Aos meus amigos, agradeço por todas as horas em que se fizeram presente e me auxiliaram. Obrigada por me emprestarem os seus ouvidos para as minhas revoltas, dúvidas, incertezas e descobertas. Em especial a Ana Rabêlo, Dennis Novaes, Guilherme Tavares, Isabella Savi, Ítalo Corrêa, Máira Brito, Paulo Rêgo, Taísa Passoni e Tiago Schwingel.

RESUMO

Assim como em outros ambientes sociais, o racismo ainda está presente nas escolas. A infância é um período determinante no processo de evolução de um indivíduo, portanto muitas das práticas que envolvem esse pequeno cidadão ainda na idade escolar contribuem para o seu futuro. Pensando nisso, a Lei 10.639/03 surgiu como forma de minimizar os efeitos do racismo nesses locais. Ao tornar obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, cria-se um maior entendimento sobre as nossas origens e essa compreensão traz benefícios como um conhecimento mais profundo das raízes brasileiras, além de estimular a autoestima da criança. É função dos gestores educacionais trabalhar para que a questão da raça seja discutida durante todo o ano letivo e não se limite ao Dia da Consciência Negra. Infelizmente o número de professores preparados para tratar do tema ainda é pequeno no país. No entanto, são muitas as políticas públicas que atuam para pôr em prática o que diz a Lei, com o intuito de diminuir manifestações racistas nas escolas públicas e privadas. Assim funciona o programa A Cor da Cultura, o qual destacamos neste trabalho por ser um projeto educativo que valoriza a cultura afro-brasileira. Por meio dele, observamos outras políticas públicas que têm como objetivo instruir gestores a trabalhar com a questão racial no ambiente estudantil. Duas professoras e uma vice-diretora de escolas públicas do Distrito Federal foram entrevistadas para que pudéssemos ver mais de perto como o racismo é tratado dentro das escolas.

Palavras-chave: educação; racismo; escola; gestão; infância

ABSTRACT

As in other social environments, racism is still present in schools. Childhood is a crucial period in the evolution process of an individual, so many of the practices surrounding this small citizen still at school age contribute to his or her future. Following this idea, the Law 10.639/03 emerged as a way to reduce the effects of racism in these places of learning. To make the study of Afro-Brazilian History and Culture mandatory, it creates a greater understanding of our origins and this understanding brings benefits like a deeper knowledge of Brazilian roots and also encourages the child's self-esteem. It is the role of educational managers to ensure that the race issue is discussed throughout the school year and is not limited to the Black Awareness Day. Unfortunately the number of teachers prepared to deal with the issue is still small in the country. However, there are many policies that work to put into practice what the law says in order to decrease racist manifestations in public and private schools. Like A Cor da Cultura's program, which we highlight as an educational project that values African-Brazilian culture.

Through him, we observed other public policies that aim to instruct managers to work with the issue of race in student life. Two teachers and a vice director of public schools in the Distrito Federal were interviewed, so we could see more closely how racism is handled in schools.

Keywords: education; racism; school; management; childhood

SUMÁRIO

1.1. Contextualização.....	10
1.5. Justificativa.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Autoestima	13
2.2 Políticas Públicas para a valorização da população negra	15
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	17
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	21
REFERÊNCIAS.....	23
APÊNDICE	24

INTRODUÇÃO

Apesar de não pertencer à área da educação, iniciei o curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas visando atuar na área e colaborar com programas que possam interferir positivamente na vida de outras pessoas. Assim, me dediquei a estudar especialmente a forma como o racismo afeta as crianças, pois acredito que as experiências vividas durante a infância influenciam o indivíduo desde a sua juventude até a vida adulta. Minha preocupação ganhou força durante a minha graduação em jornalismo, quando pesquisei a forma prejudicial com a qual a mídia trata as crianças estimulando o consumo excessivo. A prática é adotada muitas vezes por programas televisivos, como o Sábado Animado, do SBT, que incentiva as crianças a ligarem para o canal para participar de gincanas que oferecem notebooks, celulares, entre outros aparelhos eletrônicos como premiações. Durante essa pesquisa, em 2009, pude observar a falta de personagens infantis negros nestes programas, tanto no palco, apresentando as atrações, como nos desenhos animados. A falta de referencial é algo que deve ser considerado quando se pensa em crianças.

Em maio de 2012, quando o SBT passou a exibir o remake da novela infantil Carrossel, senti um frio na espinha. Tive medo da forma como iriam abordar o pequeno Cirilo, menino pobre e preto, conhecido na novela original por viver um amor platônico pela Maria Joaquina. Racista, a menina utilizava a cor do colega de turma como munição para os seus insultos. Após alguns meses de exibição, o folhetim se mostrou um sucesso de público e muitas crianças já reproduziam nas escolas as atitudes, gestos e roupas utilizadas por seus personagens favoritos. Comportamento comum às crianças, a repetição nasce a partir de tudo que é visto no ambiente familiar, na escola e na televisão. Pôde-se observar a partir de então que algumas crianças passaram a imitar o que "aprendiam" com Maria Joaquina e sua turma. Por isso, não me surpreendeu a notícia de que um menino havia sido chamado de "pobre, feio, sujo e imundo" em uma escola particular do Distrito Federal. Os alunos que xingaram essa criança provavelmente não se lembrarão de tal fato na vida adulta, mas o insultado terá marcado na memória essa dura lembrança.

Nota-se, então, como é fundamental a atuação dos agentes que cercam as crianças durante a infância para que elas possam ter o conhecimento necessário para não reproduzir práticas racistas e preconceituosas. O ambiente escolar onde esses jovens estão inseridos está apresentado neste estudo como um local determinante na vida de cada cidadão.

Consta no artigo 26 da Lei 9.394/96 (Leis de Diretrizes e Bases da Educação), que o estudo da História do Brasil deverá levar em conta "as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia". Sancionada em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639/03 tornou-se um marco na luta do movimento negro por tornar obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. O texto publicado torna obrigatório o ensino da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade, em áreas como educação artística, literatura e histórias brasileiras.

Assim como muitas iniciativas voltadas às questões raciais, a chegada dessa última lei também causou um certo estranhamento no sistema educacional. Enquanto boa parte dos gestores e educadores mostrou-se favorável à proposta, uma parcela não se sentia à vontade diante da imposição. Castro (2006, p.323) observou que os professores contrários à determinação argumentavam que a prática iria gerar uma discriminação e se iniciaria uma ditadura das minorias. "Observa-se que, na percepção do professor, falar sobre temas que destaquem a contribuição do povo negro para a formação do Brasil é o que gera a discriminação". A autora completa a sentença, argumentando que, na prática, não falar sobre o tema é o que gera a discriminação.

A Lei é o ponto de partida para compreender como a adoção do estudo das nossas raízes pode contribuir com o enfrentamento dos casos de racismo que acontecem no ambiente escolar, onde se vê que ainda há um grande número de crianças negras fora das salas de aula.

1.1. Contextualização

São muitas as políticas públicas em curso que têm como objetivo contribuir com o bem-estar da população em diferentes frentes. Entre esses muitos programas, há os que se destacam por abordar a questão racial com um cuidado especial relacionado à infância e à forma com que gestores educacionais podem atuar para combater práticas racistas nas escolas. Algumas das formas de se entender o assunto é mergulhar nesse universo. Por isso, é muito importante conversar com professores, diretores e pais de crianças que ainda estão em idade escolar para compreender como isso se forma. É fundamental entender a que tipo de ações essas crianças estão sendo submetidas em suas casas, como elas levam isso para as salas de aula, como se comportam perante os colegas pretos, se praticam racismo e, principalmente, como lidam com a diversidade. Observar pontos como estes que foram listados é o primeiro passo para se iniciar a criação de uma política pública que possa ter algum efeito real na vida dessas crianças.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República tem um papel importantíssimo nesse processo. Atuando como uma ponte, o órgão está envolvido na formação, coordenação e avaliação de políticas voltadas para a população negra.

Pesquisas (Abramovay, 2009) atentam para o fato de que o racismo ainda é muito latente no Brasil. Mais triste ainda é perceber que grande parte dos centros educacionais do país ainda está despreparada e não sabe lidar com casos de racismo. Diante desse cenário é importante questionar como se pode trabalhar para evitar que esses episódios se repitam.

Atualmente há muitos estudiosos envolvidos nas pesquisas de políticas públicas voltadas para a questão racial no meio educacional, como Nilma Lino Gomes e Eliane Cavallero. Como esses programas podem contribuir com a erradicação do racismo é a principal questão que me levou a escrever o seguinte trabalho que tem como objetivo investigar políticas públicas de valorização da população negra políticas no campo educacional e verificar como a questão é trabalhada pelos gestores de três escolas.

1.5. Justificativa

Busco neste trabalho refletir sobre a importância da educação no tratamento da questão racial nas escolas. Acredito que a educação é a base da sociedade e por meio dela pode-se formar cidadãos esclarecidos acerca da diversidade e da igualdade racial. E não é só nesse aspecto que o esclarecimento contribui para a formação das crianças. Pessoas bem informadas sobre as suas raízes e origens podem se desenvolver melhor como indivíduos, com uma autoestima mais elevada, algo historicamente negado aos negros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

São muitos os estudiosos/as que dedicaram anos de pesquisa ao campo educacional, com ênfase na população negra. O Copene (Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros) reúne, anualmente, uma série de profissionais interessados em pesquisas acadêmicas em temas pertinentes à construção e ampliação do conhecimento humano e outros pesquisadores comprometidos com temas de interesse das populações negras no Brasil, África e Diáspora. O interesse pelo assunto aumentou após a sanção da Lei 10.639/03. Por tornar obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, a Lei deixou os professores com uma nova missão em mãos: como tratar do assunto, muitas vezes antes ignorado, de uma forma didática? A elaboração e formatação de materiais didáticos se tornou um desafio para os tutores e também para os acadêmicos, que buscaram estudar formas de auxiliar os gestores a colocar em prática o tema, a fim de contribuir para uma reflexão sobre o racismo.

Uma obra importante para responder à questão do que “se pode fazer” é o livro “Superando o Racismo na Escola”, organizado por Kabengele Munanga. Nele estão reunidos nomes que são referências nos estudos de temática negra. Os autores apresentam sugestões de estratégias de ação para utilizar em sala de aula e coibir a violência racial. Sobre o assunto, a Eliane Cavallero diz

As chances de a escola ser um núcleo de resistência e de abrigo contra a violência racial dependem de uma completa virada de jogo. A violência racial na escola ainda não é computada como exercício de violência real. Na verdade, uma obra sobre a superação do racismo na escola será sempre um libelo contra uma das mais perversas formas de violência perpetradas cotidianamente na sociedade brasileira. A violência racial escolar atenta contra o presente, deforma o passado e corrói o futuro (MUNANGA, 2005, p.13).

Lugar dedicado à troca de conhecimento, a escola ocupa um local de extrema importância na educação infantil. Não só falando no sentido acadêmico, dos estudos, mas também na formação do indivíduo, pois, conforme cita Munanga

(2005), “não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade”. Sobre a importância de se estudar a cultura afro-brasileira, o autor faz uma importante consideração

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas (MUNANGA, 2005)

Datado de 1998, o livro “Diferenças e Preconceito na Escola – Alternativas e Práticas”, já tratava do preconceito apresentado em sala de aula como um reflexo da sociedade. “Se a escola é parte de um sistema institucionalizado de classificação social, ela reproduz de formas diversas, e por vezes, transfiguradas as hierarquias do mundo social com seus recortes que correspondem a estratos sociais” (AQUINO, 1998, p. 123).

2.1 Autoestima

Espaço de transformação social, a escola é primordial na formação da autoestima da criança. É neste momento, também, que se mostra fundamental a existência de referenciais. Neste sentido também é importante o conhecimento aprofundado das origens da cultura afro-brasileira. Ao compreender a história dos antepassados, a luta pela liberdade e outros marcos importantes da trajetória do negro no país, inicia uma construção mais sólida da identidade da criança negra e também da criança branca. Estudar a diversidade, as diferenças e as individualidades é importante para preparar o indivíduo para uma sociedade plural, onde deve-se respeitar o outro, independente da sua raça, religião, sexo ou orientação sexual. A autoestima é citada por Valdimara Santos Cerqueira quando a autora aponta que

A escola pode desconstruir alicerces fundamentais da formação da autoestima e da identidade negras, quando invisibiliza, minimiza ou recorta o processo histórico e cultural da criança negra através das ideologias do

branqueamento e da mestiçagem, atribuindo estereótipos inferiorizantes às suas diferenças adescritivas (CERQUEIRA, 2005, p.107).

Outra referência no tema, Inaldete Pinheiro de Andrade reforça a mesma ideia ao falar que “a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana” (MUNANGA, 2005). Uma das formas de se obter sucesso ao abordar o tema da autoestima, segundo Inaldete Pinheiro Andrade, é utilizar a literatura infanto-juvenil e oficinas que promovam momentos de reflexão. Esse processo é imprescindível para a construção de um ambiente escolar que se afaste de situações de racismo. São nestes locais que construí-se a ideia de uma identidade. Tema explorado por Elisa Larkin Nascimento no capítulo Sankofa, Educação e Identidade Afrodescendente do livro Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. A autora relata que

Esse processo de torna-se negro, o projeto de identidade negra ou afrodescendente, passa pela desconstrução das representações negativas do negro construídas socialmente por meio da ideologia do supremacismo branco. Os efeitos psicológicos da naturalização da condição social inferiorizada da mulher e do afrodescendente são reforçados em grande parte por meio do processo didático. As representações sociais negativas, carregadas de preconceitos e estereótipos, são internalizadas desde a primeira infância por meio de uma educação infantil e escolar imbuída das ideologias do patriarcalismo e do racismo. Elas são capazes de tolher o desenvolvimento da personalidade, da auto-estima e da autonomia da mulher e do negro (NASCIMENTO, 2001, p.115)

2.2 Políticas Públicas para a valorização da população negra

Entre os projetos e as ações afirmativas listadas no site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República há três categorias: educação, trabalho e cooperação internacional. Na área de educação, encontram-se links para cinco iniciativas que têm apoio ou que são organizadas pela própria Secretaria. Uma delas é o programa A Cor da Cultura, escolhido por tratar da temática racismo na infância.

Fruto da união do Fundo das Nações Unidas para a Infância com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a campanha Por Uma Infância Sem Racismo, lançada em 2010, chamou a atenção para o impacto do racismo na infância. Em vídeo gravado para a ocasião, o embaixador do movimento, o ator Lázaro Ramos, questionou a falta de oportunidade das crianças negras e indígenas, afirmando que muitas delas não têm acesso a aprendizagem.

De acordo com o programa, das 530 mil crianças que estão fora das escolas, 62% delas são negras. Outro ponto salientado é o fato de que "as crianças não nasceram discriminando, por isso é importante promover a equidade racial para o desenvolvimento social" (UNICEF, 2010).

Para o projeto foram produzidos vídeos, spots para rádios, blogs, além de um folheto institucional com orientações sobre "como identificar, evitar e combater atitudes e ações discriminatórias", que aponta os seguintes tópicos:

1. Eduque as crianças para o respeito à diferença. Ela está nos tipos de brinquedos, nas línguas faladas, nos vários costumes entre os amigos e pessoas de diferentes culturas, raças e etnias. As diferenças enriquecem nosso conhecimento.

2. Textos, histórias, olhares, piadas e expressões podem ser estigmatizantes com outras crianças, culturas e tradições. Indigne-se e esteja alerta se isso acontecer – contextualize e sensibilize!

3. Não classifique o outro pela cor da pele; o essencial você ainda não viu. Lembre-se: racismo é crime.

4. Se seu filho ou filha foi discriminado, abrace-o, apoie-o. Mostre-lhe que a diferença entre as pessoas é legal e que cada um pode usufruir de seus direitos igualmente. Toda criança tem o direito de crescer sem ser discriminada.

5. Não deixe de denunciar. Em todos os casos de discriminação, você deve buscar defesa no conselho tutelar, nas ouvidorias dos serviços públicos, na OAB e nas delegacias de proteção à infância e adolescência. A discriminação é uma violação de direitos.

6. Proporcione e estimule a convivência de crianças de diferentes raças e etnias nas brincadeiras, nas salas de aula, em casa ou em qualquer outro lugar.

7. Valorize e incentive o comportamento respeitoso e sem preconceito em relação à diversidade étnico-racial.

8. Muitas empresas estão revendo sua política de seleção e de pessoal com base na multiculturalidade e na igualdade racial. Procure saber se o local onde você trabalha participa também dessa agenda. Se não, fale disso com seus colegas e supervisores.

9. Órgãos públicos de saúde e de assistência social estão trabalhando com rotinas de atendimento sem discriminação para famílias indígenas e negras. Você pode cobrar essa postura dos serviços de saúde e sociais da sua cidade. Valorize as iniciativas nesse sentido.

10. As escolas são grandes espaços de aprendizagem. Em muitas, as crianças e os adolescentes estão aprendendo sobre a história e a cultura dos povos indígenas e da população negra; e como enfrentar o racismo. Ajude a escola de seus filhos a também adotar essa postura.

Um dos trabalhos mais bem-sucedidos no combate à discriminação, o projeto A Cor da Cultura teve início em 2004, contribuindo para a implementação da Lei 10.639/03 no ambiente educacional. Dividido em diferentes fases, o projeto trabalhou valores civilizatórios afro-brasileiros sob o ponto de vista da religiosidade, corporeidade, musicalidade, energia vital, oralidade, ludicidade, memória, ancestralidade e cooperativismo/comunitarismo. Muito importante para a criação de referenciais, o projeto tem um programa intitulado Heróis de Todo Mundo, que traz ícones negros da história como Abdias do Nascimento e Xica da Silva, apresentando-os como heróis pela importância histórica. De forma lúdica, atua também incentivando os educadores a utilizar livros animados e jogos. Com

questões étnicas, a série de cinco programas, reúne obras que abordam religiosidade, capoeira e diversidade.

Analisei a avaliação do projeto e verifiquei números positivos do programa. De acordo com o documento, 96% dos professores consideraram que o programa deu mais visibilidade às culturas africanas e afro-brasileiras. A análise final diz ainda que

- Alunos (79%) e professores (85,3%) estão mais sensíveis quanto à necessidade de eliminação de práticas discriminatórias;

- A maioria dos professores das escolas prioriza a discussão dos temas (75,6%) e tem facilidade para articulá-los aos conteúdos de suas áreas e disciplinas (59,5%). (A COR DA CULTURA, 2008)

Em novembro de 2008, a Unesco em conjunto com o Ministério da Educação lançou uma Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10.639/03. No texto do livro, há políticas de material didático e de formação inicial e continuada

Os dados indicam que a continuidade das políticas universalistas na educação brasileira deve ser acompanhada de uma preocupação permanente de reconhecer a pluralidade e diversidade da população brasileira de forma a contemplar as especificidades e necessidades dos diferentes grupos etnicorraciais. Assim, a efetivação de um plano nacional para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino e cultura afro-brasileira e africana permite, a negros e não-negros, novas possibilidades educacionais com base no conhecimento das diferenças socioculturais presentes na formação do país.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Iniciei a pesquisa de caráter qualitativa por compreender que esta favorece o entendimento das relações construídas no espaço escolar através da implementação da política pública que torna obrigatório o ensino da cultura africana

e afrobrasileira para a valorização da população negra e diminuição do racismo no ambiente escolar.

Investiguei programas que abordassem tanto a questão racial quanto a educacional. Após essa pequena varredura, fui atrás de livros, cartilhas e artigos que tratassem do tema e que pudessem esclarecer como a questão racial pode ser tratada por professores em sala de aula. Quais contribuições poderiam ser passadas por esses educadores e a forma como isso poderia ser feito foram algumas das perguntas que permearam o meu caminho em busca da bibliografia mais adequada. Com o intuito de entender mais claramente como o tema era trabalhado na escola, busquei falar com quem está diretamente envolvido com a questão. Entrevistei duas professoras e uma vice-diretora.

Optei por uma escola na Asa Sul, outra em Taguatinga e uma terceira em Samambaia. As três têm mais de 500 alunos e calculam uma média de 60% de alunos pretos e pardos em sala de aula. Ainda que tenha sido um recorte pequeno, essa análise contribuiu para um melhor entendimento da realidade dessas gestoras. Acredito que as falas dessas personagens contribuem para um melhor entendimento da importância de se tratar do tema em sala de aula.

Para ter uma unidade na pesquisa, utilizei como base o questionário “16 Perguntas Para Avaliar Como a Sua Escola Aborda o Racismo”, elaborado por Rosa Margarida de Carvalho Rocha e publicado no site Geledés no início do mês de março. As perguntas também foram utilizadas dentro do programa A Cor da Cultura. Somei ao questionário algumas perguntas dissertativas, para que as professoras me relatassem questões mais específicas, se já tinham presenciado algum caso de racismo no ambiente escolar. Foram essas questões extras que escolhi analisar, pois dão uma dimensão de como essas professoras e gestoras tratam do racismo durante todo o ano letivo. Procurei por elas e tive um primeiro contato físico. Posteriormente todas optaram por responder aos meus questionamentos por e-mail.

4- Análise dos dados

Em suas respostas, pude observar que, mesmo sabendo da existência da Lei 10.639/03, somente uma educadora trabalha a diversidade em sala de aula

durante todo o ano letivo. As outras se limitam a tratar do assunto somente no Dia da Consciência Negra, comemorado todo dia 20 de novembro. Alguns relatos me chamaram muito a atenção, como o que me foi dito por Y.R.F professora da Escola Classe de Samabaia, mulher, 25 anos, há seis trabalhando na rede pública de ensino.

Já houve um episódio na minha turma do ano passado, em que um aluno de 4 anos não queria sentar perto do outro colega de classe e dizia que o colega era negro e não gostava dele. Eu, como professora da turma, conversei com o aluno fazendo algumas perguntas sobre o porquê dele tratar o colega dessa forma e ele disse que os pais não deixavam. Convoquei a mãe (responsável direto) do aluno e ao conversar com ela pedi que ela conversasse com o filho sobre essa questão e em seguida elaborei um projeto com um livro bem interessante para a educação infantil (Menina Bonita do laço de fita), com todos os alunos tratando a diversidade racial, tema que foi explorado durante o ano inteiro. Desde então não tive mais problemas com a turma em relação a isso. Mas percebo que nem sempre o professor acha essa questão importante levando adiante o preconceito dos alunos o que prejudica a formação social do indivíduo. Algumas vezes percebo dentro da escola alguns alunos com atitudes racistas que não são repreendidas, isso acaba fazendo com que se torne algo rotineiro que agride e ofende alguns. As escolas ainda não estão preparadas para lutar contra isso por falta de preparo. Seria interessante que esta questão fosse mais abordada pelo currículo oferecendo ferramentas a comunidade escolar ações positivas em relação ao racismo.

Vice-diretora de uma instituição de ensino da Asa Sul, B. C. P conta que durante os mais de 14 anos de profissão só presenciou um único episódio de racismo. No entanto, o caso foi muito emblemático por conta da atitude do aluno.

Minha escola atende alunos na faixa etária de 6 a 10 anos. Acredito que nesta idade são raros os alunos que demonstram uma reação/atitude racista. Nestes anos todos só consigo lembrar de um episódio onde um aluno disse que não iria dar a mão ao coleguinha, pois tinha medo de ficar preto. O aluno negro falou que ele poderia ficar bem tranquilo, pois a cor dele não manchava. Quando soubemos do ocorrido conversamos com os dois alunos e o aluno que não quis dar a mão ao colega disse que estava triste porque tinha magoado o outro. Como verificamos que a reação não era muito verdadeira, resolvemos fazer um projeto na turma dos alunos. Fizemos a leitura e dramatização do livro O Menino Marrom, do Ziraldo, e trabalhamos o filme Kiriku e a Feiticeira. O objetivo era resgatar a figura do negro como atuante e capaz de diversos gestos comuns. E provar de maneira lúdica, que a cor não pode ser a diferença entre as pessoas.

Professora do centro de ensino de Taguatinga, F. M (mulher, 30 anos) disse que observa um comportamento preconceituoso em muitas das crianças com as quais trabalha. Muitas delas costumam apelidar de forma pejorativa os colegas de turma, inclusive com comentários racistas. Com um ano e meio de trabalho como tutora, a personagem disse desconhecer a Lei 10.639/03 e relatou casos recorrentes na escola onde trabalha.

Sempre existe bullying em relação a questão racial. Costumo escutar ps alunos apelidando os outros colegas de "Cirilo", "macaco"... Quando isso acontece, pergunto qual o problema em ser negro, digo que todos somos iguais e acredito que os outros professores também tomam a mesma atitude. Em uma escola que trabalhei aconteceu um fato diferenciado: um aluno negro apelidando a colega de "rosquinha queimada".

Optei por observar como as três agiram em relação ao presenciar um ato de racismo, pois acredito que, a partir daí, podemos ter uma noção maior de como é o tratamento do tema nas suas escolas. Pude perceber que quanto mais se é falado sobre o tema no cotidiano escolar - principalmente durante todo o ano - maiores são as chances de se formar cidadãos que respeitem a diversidade e a trajetória de cada indivíduo. Embora elas saibam dessas necessidades no seu dia-a-dia de trabalho e sejam esclarecidas, o assunto passa batido nos planejamentos de aula de duas delas.

Todas me relataram que após responder ao questionário passaram a repensar suas ações e como têm tratado a questão racial.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Fazer um recorte em um trabalho baseado em um universo tão vasto como o da infância e o do racismo não foi uma tarefa fácil. Somado a isso há ainda o fato de que nos últimos doze meses estive em um momento da vida profissional e pessoal mais complicado e, portanto, reconheço que o trabalho não está à altura do que eu inicialmente previa para o término do curso de especialização. Me senti honrada em participar de algo que pretende realmente mudar o atual cenário das relações raciais no país, formando gestores que possam atuar como agentes transformadores. Como citei anteriormente, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial trabalha com afinco para promover o que o próprio nome do órgão já afirma: a igualdade racial. Assim como o programa A Cor da Cultura, o Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça também é uma ação afirmativa e funciona como um dos muitos braços da Secretaria.

Saber que há interesse por parte do governo em formar gestores preparados para atuar em diferentes frentes para combater o racismo me deixa confiante de que em breve teremos uma juventude mais bem informada e um país mais esclarecido. Há ainda um longo caminho a se percorrer em busca da igualdade racial, mas há também muita gente atuando para fazer com que o caminho seja mais rápido e plural, atingindo assim o maior número de pessoas possível.

Durante o curso, ao conversar com colegas, pude observar que há muita ignorância ainda por parte dos gestores educacionais acerca da discriminação, seja ela racial ou por gênero. Muitos desconhecem os mecanismos necessários para trabalhar essas questões em sala de aula e preferem o silêncio a ter que enfrentar o problema. Ao negar que tais fatos ocorreram, mostra-se, então, o que já podemos observar no país, a existência de uma falsa democracia racial, onde todos afirmam que há racismo no Brasil, mas ninguém se assume como tal. Calar-se diante da discriminação é o mesmo que empurrar a sujeira para debaixo do tapete. O problema é que aquele acontecimento vai interferir na vida daquele cidadão e poderia ter sido evitado caso o professor ou o gestor tivesse trabalhado a diversidade em sala de aula durante todo o ano e não só em datas específicas, como o Dia da Consciência Negra. Como muitas dessas crianças reproduzem em sala o que vêem em casa é necessário pensar em como atuar em conjunto com a

família para trabalhar o racismo em sala de aula. Não adianta o professor optar por levar à turma os melhores livros infantis para tratar do assunto, se em casa há uma contramão de informações. O trabalho deve ser pensado em também conjunto com as famílias, atuando em um nível além do ambiente físico da escola.

REFERÊNCIAS

MARGARIDA, Rosa. 16 Perguntas Para Avaliar Como Sua Escola Aborda o Racismo, 2014. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/lei-10-639-03-e-outras/23695-16-perguntas-para-avaliar-como-sua-escola-aborda-o-racismo.>> Acesso em: 7 de mar. de 2014.

Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9394, de 20 de janeiro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afrobrasileira" e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)> Acesso em: 20 de mai. 2014.

GARCIA CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam. Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade. Brasília: UNESCO, 2006.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <[www.seppir.gov.br.](http://www.seppir.gov.br)> Acesso em: 20.mai.2014.

Programa A Cor da Cultura. Disponível em: <[http://www.acordacultura.org.br.](http://www.acordacultura.org.br)> Acesso em: 29.mai.2014.

AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e Preconceito na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo, 1998.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na Escola. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, Iolanda de; GONÇALVES, Petronilha Beatriz; PINTO, Regina Pahim. Negro e Educação – Escola, Identidades, Cultura e Políticas Públicas. São Paulo: ANPed, 2005.

Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10.639/03, 2008.

Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf.](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)> Acesso em: 13.jun.2014.

NASCIMENTO, Elisa. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

APÊNDICE

Questionário

Nome:

Nome e local da escola onde atua:

Função:

Há quanto tempo está no ambiente educacional:

Na sua escola.....:

1. A trajetória histórica do negro é estudada:

A- No Dia da Abolição da Escravatura, em agosto, mês do folclore, e no Dia da Consciência Negra.

B- Como conteúdo, nas várias áreas que possibilitam tratar o assunto.

C- Não é estudada.

2. Acredita-se que o racismo deve ser tratado:

A- Pedagogicamente pela escola.

B- Pelos movimentos sociais.

C- Quando acontecer algum caso evidente na escola.

3. A cultura negra é estudada:

A- Como parte do rico folclore do Brasil.

B- Como um instrumento da prática pedagógica.

C- Quando é assunto da mídia.

4. O currículo:

A- Baseia-se nas contribuições das culturas europeias representadas nos livros didáticos.

B- Constrói-se baseado em metodologia que trata positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de todos os povos.

C- Procura apresentar aos alunos informações sobre os indígenas e negros brasileiros.

5. O professor:

A- Posiciona-se de forma neutra quanto às questões sociais. É o transmissor de conteúdos dos livros didáticos e manuais pedagógicos.

B- Reavalia sua prática refletindo sobre valores e conceitos que traz introjetados sobre o povo negro e sua cultura, repensando suas ações cotidianas.

C- Tem procurado investir em sua formação quanto às questões raciais.

6. O trato das questões raciais:

A- É feito de forma generalizada, pois a escola não tem possibilidade de incidir muito sobre ele.

B- É contextualizado na realidade do aluno, levando-o a fazer uma análise crítica dessa realidade, a fim de conhecê-la melhor, e comprometendo-se com sua transformação.

C- Não é considerado assunto para a escola.

7. As diferenças entre grupos etnoculturais:

A- Não são tratadas, pois podem levar a conflitos.

B- Servem como reflexão para rever posturas etnocêntricas e comparações hierarquizantes.

C- São mostradas como diversidade cultural brasileira.

8. As situações de desigualdade e discriminação presentes na sociedade são:

A- Pontos para reflexão para todos os alunos.

B- Pontos para reflexão para os alunos discriminados.

C- Instrumentos pedagógicos para a conscientização dos alunos quanto à luta contra todas as formas de injustiça social.

9. Acredita-se que, para fortalecer o relacionamento, a aceitação da diversidade étnica e o respeito, a escola deve:

A- Promover o orgulho ao pertencimento racial de seus alunos.

B- Procurar não dar atenção para as visões estereotipadas sobre o negro nos livros, nas produções e nos textos do material didático.

C- Promover maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras.

10. Quanto à expressão verbal:

A- Acredita-se que a linguagem usada no cotidiano escolar tem o poder de influir nas questões de racismo e discriminação.

B- Usam-se eufemismos para se referir a etnia dos alunos, para não ofendê-los.

C- A linguagem não tem influência direta nas questões raciais.

11. Quanto ao trabalho escolar:

A- Alguns professores falam da questão racial em determinadas etapas do ano letivo.

B- Existe resistência dos professores para tratar a questão racial com relação à luta contra todas as formas de injustiça social.

C- Existe um trabalho coletivo sobre a questão racial com a participação de todos, inclusive da direção e dos funcionários.

12. Quanto à biblioteca:

A- Existem muitos e variados livros sobre a questão racial que contemplam alunos e professores.

B- Existem alguns tipos de livros (dois ou três) que contemplam a questão racial.

C- Não existem livros sobre o tema.

13. Quanto à capacidade dos professores sobre a questão racial:

A- Algumas vezes no ano fazemos cursos ou grupos de estudo sobre a questão racial.

B- Ainda não tivemos a oportunidade de estudar a questão.

C- Procuramos incorporar o assunto nas discussões de reuniões pedagógicas, grupos de estudo e momentos de formação.

Perguntas complementares:

- Você saberia dizer a porcentagem de alunos negros na sua escola?

- Já houve algum episódio de racismo na sua escola? O que aconteceu? Como a escola reagiu ao caso?

- Você tem conhecimento da Lei 10.639/03? Atua para que ela seja trabalhada no âmbito escolar?